

A BAIXADA E O SUL FLUMINENSES COMO LABORATÓRIOS DO DESENVOLVIMENTO

Gustavo Antonio das Neves Bezerra

RAMALHO, J. R.; FORTES, A. (Orgs). *Desenvolvimento, Trabalho e Cidadania: Baixada e Sul Fluminense*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. 268 p.

Acadêmicos, gestores e ativistas apreciam a leitura de “Desenvolvimento, Trabalho e Cidadania: Baixada e Sul Fluminense”, fecunda reunião de artigos voltados às tramas sociais praticadas em nome (e em disputa pelo nome) do “desenvolvimento”, em dois territórios do estado do Rio de Janeiro. Pelo modo como opera o corpo interdisciplinar que compõe o livro, Baixada e Sul Fluminense funcionam como casos exemplares para uma reflexão mais geral sobre o modo como o poder estatal, a atividade econômica e o ativismo societal têm se reconfigurado no espaço brasileiro.

Uma das razões que permitem ao livro potencializar reflexões de longa duração sobre a trajetória brasileira, é que os pesquisadores estão debruçados sobre territórios já

há muito conformados por interesses que se moviam evocando o “progresso” (no tempo das lavouras agroexportadoras e das vias de transporte associadas) e que, na segunda metade do século XX, viriam brandir o “desenvolvimento nacional” como causa. Ao material devotado ao passado, particularmente reunido pelos historiadores envolvidos na coletânea, agrega-se a massa de informação pertinente a uma nova fase de jogos em torno do desenvolvimento como questão pública: a do “desenvolvimento local”, contraface do surgimento do capitalismo móvel em escala global.

Além da riqueza no trato empírico, é possível encontrar no livro importantes elementos para a problematização conceitual dos termos que proliferam nos discursos dos

agentes e dos autores. Por exemplo, Rosange-la Barbosa, ao pesquisar o Polo Gás-Químico de Duque de Caxias, questiona os modelos interpretativos que afirmam o caráter intrinsecamente “público” das aglomerações produtivas (ao demonstrar que o Polo caxiense é mero “locador” de negócios para agentes sem enraizamento na cidade). Também lembra ao leitor que a “questão regional” já teve conotação distinta de sua enunciação contemporânea: não se tratava da coletividade competitiva no espaço global, mas de um modo de nomear uma vítima digna de solidariedade dentro do espaço nacional¹. Com Isabel Cardoso, no trecho em que a autora expõe o esquema teórico pelo qual vai abordar a questão urbana de Resende, é possível interrogar o que a ênfase contemporânea no poder “local” implica em termos de redefinição de legitimidades nas relações capitalistas (quando se postula, por exemplo, a suposta desaparecimento do conflito de classes). Ela também denuncia a hipertrofia desta escala de análise como forma de obscurecer dinâmicas interescares que perfazem os rumos de uma cidade². Adrianno Rodrigues menciona o quão arbitrário é falar em “Baixada Fluminense”, pois que seria possível definir e recortar esse território de diferentes modos. Rodrigo Santos contribui para a desnaturalização da noção de “desenvolvimento econômico” quando utiliza o termo como sinônimo de “transformação estrutural”, sem qualquer conotação valorativa.

Do ponto de vista do material empírico que os artigos trazem à tona, o livro ofere-

ce possibilidades tanto para olhares panorâmicos quanto focalizados sobre as cidades e suas controvérsias. Do primeiro tipo, o artigo de Robson Silva fornece ao leitor uma refinada síntese da trajetória econômica fluminense nas últimas décadas, com *zoom* sobre os novos investimentos industriais que chegaram à Baixada e ao Médio Paraíba fluminense, explicitando suas principais consequências. O artigo ressalta a estabilização do peso do Rio de Janeiro no PIB industrial brasileiro; a hipertrofia do setor de Petróleo e Gás (com seu parco efeito em termos de geração de empregos); a permanência de significativa concentração industrial em poucas cidades do estado; o espraiamento dos investimentos metropolitanos para a Baixada e a consolidação do perfil metal-mecânico das cidades do Médio Paraíba. Também é da composição de uma panorâmica que se trata o artigo do trio Alexandre Fortes, Eduardo Silva e Leonardo Silva. Ainda que o texto trate apenas de Volta Redonda, o leitor tem em mãos uma detalhada e abrangente revisão do debate acadêmico sobre um dos casos “mais bem estudados no que se refere à historiografia do trabalho sobre o pós-guerra brasileiro” (FORTES; SILVA; SILVA, 2012, p. 262). A análise serve de mapa não somente para quem tem interesse naquela peculiar *Company Town*, mas para todos que desejem refletir sobre o percurso do pensamento acadêmico acerca das relações entre “industrialização, urbanização e formação de classe no Brasil” (Ibid., p. 147), operando também uma crítica ao reducionismo das análises sobre a

1. Ela menciona “A Questão Meridional” de Gramsci como exemplo. Pode-se acrescentar que própria experiência de criação da SUDENE é demonstrativa de que a “questão regional” já teve enquadramento mais próximo da discussão sobre as desigualdades do que da orquestração de solidariedades para a “atratividade do território para ampliação e intensificação da economia” (BARBOSA, p. 39).

2. A autora evoca David Harvey para afirmar a pertinência do projeto acadêmico de se explicitar as “conexões das escalas”.

“classe trabalhadora brasileira” que levam em conta somente as grandes metrópoles.

Alguns textos possuem latente preocupação em conferir legitimidade às estratégias de *regionalização* dos municípios em tela. Os textos de José Ricardo Ramalho e de Raphael Lima interrogam as potencialidades de inovadoras coalizões intermunicipais (expressas no “Fórum Demissão Zero”, no “Mercovale”, no “Movimento pela ética na Política”, entre outras), que poderiam tornar as decisões econômicas e urbanas no Sul Fluminense mais abertas à participação de múltiplos agentes. Percebe-se, em ambos, a salutar insistência no repertório dos estudos que foram solidários do processo de redemocratização no Brasil: a busca do “novo” e da abertura dos canais de participação social ativa na definição das políticas governamentais (Cf. PERRUSO, 2009). Os autores ficam entre o otimismo e o compasso de espera, considerando alentador o aparecimento dos novos agenciamentos coletivos, mas admitindo que boa parte desses não possui efetividade, nem garantia de continuidade. Já Adrianno Rodrigues e Álvaro Nascimento tomam Nova Iguaçu como entrada para defender, persuasivamente, a história da Baixada Fluminense como um programa de pesquisa necessário e fecundo. No trabalho dos historiadores do município, o leitor conhece também os processos de continuidade e ruptura das formais sociais de dominação e de ocupação do espaço que separam a antiga Baixada Fluminense (dos canaviais, laranjais e estradas de ferro) da Baixada desenvolvimentista: cidade “dormitório”, industrializada, subordinada à ex-capital federal e dependente das rodovias.

Elaine Francisco reforça a reflexão sobre a trajetória e os dilemas da redemocratização brasileira, ao inquirir sobre a organização no local de trabalho (um tema caro ao “basismo” da cultura do *Novo Sindicalismo*) no *greenfield* da Volkswagen em Resende. Mesmo que os trabalhadores tenham sido forçados a reagir a uma das experiências mais limítrofes de reestruturação produtiva (o “consórcio modular”³), a autora mostra que a ação sindical se fez possível, expressa na própria instituição da comissão de fábrica, reconhecida e atuante. Considerando que a comissão tem força mesmo em conjunturas difíceis (inclusive na ocasião da venda da unidade para a empresa *MAN AG*) e, por outro lado, fragiliza-se quando é conduzida por um mandato que não dá continuidade às práticas das gestões anteriores, a autora finca pé na percepção de que uma “organização política de trabalhadores fabris, mesmo condicionada por vários fatores (...) pode constituir sua própria história de lutas” (FRANCISCO, 2012, p. 177).

Os artigos de Marina Cordeiro e Rodrigo Santos espraíam o alcance do livro para as temáticas da educação e do meio ambiente, respectivamente. A autora descreve como as convenções emergentes sobre o que é ser “trabalhador competente flexível” induzem em Resende e adjacências uma “corrida” pela escolarização com a chegada da indústria automotiva. Nesse contexto, proliferam as instituições educacionais atreladas às próprias indústrias (em cursos que surgem mesmo “dentro” das montadoras), redefinindo na região os expedientes de produção de uma força de trabalho fabril relativamente cativa (“quais são as possibilidades

3. “...os fornecedores do conjunto se posicionam diretamente na linha produção, atuando como parceiros e como montadores (...) O consórcio é composto por sete empresas ‘parceiras’, também chamadas de módulos, mais a VW, e diariamente, define metas de produção e padrões de qualidade (FRANCISCO, 2012, p. 163).

de emprego do diplomado em Engenharia de Produção Automotiva fora do Polo automotivo?”, pergunta a autora). Santos discute o controverso caso da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), fazendo dele uma oportunidade de explicitar como *Grandes Projetos* podem se converter em práticas de exclusão social. Aceite-se ou não as construções teóricas do autor, o artigo tem valor próprio por fomentar a discussão sobre a pertinência do aporte de vultosos benefícios governamentais a empreendimentos de perfil intensivo em recursos naturais e dependentes de força de trabalho barata. Afinal, o caso da TKCSA acumula danos aos pescadores artesanais, indução de problemas de saúde por poluição, engendramento de urbanização precária e apresenta problemas na área de direitos trabalhistas.

Pode-se dizer que o livro possui acordo quanto ao território pertinente ao projeto⁴ e aos temas de maior preocupação: ambas as regiões são tomadas, nos casos empíricos, a partir de uma quantidade restrita de cidades⁵, com foco nas áreas mais industrializadas, denotando que a espacialidade do capitalismo (que se caracteriza pela ação dos monopólios nos mercados de longa distância, para mencionar Braudel) empresta parte da dignidade acadêmica dos eventos em tela. Tal recorte tem relevância inequívoca, mas reforça a impressão (corroborada por parte dos autores) de que se deve praticar a dúvida metodológica quanto à existência de efetivas estratégias de “desenvolvimento regional” naqueles territórios.

Por outro lado, não há consenso de posicionamento normativo. Por isso mesmo, o livro é uma amostra do campo de dispu-

ta atual das ciências sociais em relação a questões teóricas e políticas de novo tipo. Particularmente, o lugar contemporâneo do *conflito* é um ponto de dissenso claro entre os autores: alguns insistem na pertinência da explicitação dos conflitos em favor da promoção de direitos no trabalho e nas cidades, enquanto outros apostam na busca de consensos como estratégia voltada a incrementar a participação social sobre os fluxos econômicos. Como expressão desse dissenso autoral, pode-se ver o termo “governança” sendo criticado como uma designação voltada a “separar a política da administração dos recursos, encapsulando o desenvolvimento à retórica gerencial” (BARBOSA, 2012 p. 18) ou ganhando status de conceito descritivo como no artigo de Lima (p. 213).

No desafio de buscar a escala pertinente das ações capazes de democratizar as relações socioeconômicas, o que o livro traz de mais rico é, talvez, algo que se apresenta na forma de um mosaico: em diferentes textos, os atores locais que saltam as escalas menores e se integram a agentes nacionais e internacionais são os mais exitosos, inclusive quando rejeitam a envolvente retórica do desenvolvimento a todo custo (como no caso dos atores que buscaram contestar e redefinir os contornos da relação da TKCSA com o território, cf. Santos). Não por que as escalas “macro” se mostrem como as mais importantes, mas porque é possível ver os atores mais influentes articulando a ação social em diversas escalas simultâneas (aliás, o artigo de Cardoso apresenta reflexão sistematizada quanto à necessidade de se relacionar as escalas). Afinal, de nada adianta, do ponto de vista da democratização da política e da

4. A FAPERJ contemplou o projeto com recursos dos Programas “Pensa Rio” e “Cientistas do Nosso Estado”.

5. Com a exceção do artigo de Robson Silva que, de todo modo, explicita que está analisando o industrializado “Médio Paraíba” e não o “Sul Fluminense”, que seria um território mais abrangente.

economia, que o município fique subsumido ao “nacional”, como no caso do Polo Gás-químico liderado pela Petrobrás em Duque de Caxias (cf. Barbosa). Por outro lado, no Fórum Demissão Zero do Médio Paraíba, sua efetividade parece maior (cf. Ramalho) quando esse procura as instâncias da União para reivindicar a realização de obras locais e quando se procura atores do ABC paulista para conceber e reivindicar um plano nacional de modernização da frota de caminhões. Em mais um indício da necessidade de se integrar escalas de ação, Francisco faz notar que o enfraquecimento recente dos metalúrgicos de Resende se relaciona a um desinvestimento na ação sindical interescolar: a comissão de fábrica teria perdido o contato com a organização nacional e internacional dos trabalhadores da Volkswagen e, até mesmo, com o Sindicato dos Metalúrgicos da Região do Sul Fluminense (SMSF).

Por tudo isso, fica a dúvida: o programa de ação democrático é redefinir as alianças locais entre empresários, trabalhadores e poder público em torno do *consenso competitivo* contra outros territórios? Ou seria redefinir a espacialidade das alianças populares para além do local, visando agrupar entes capazes de regular os agentes capitalistas, que exploram os locais com base na ameaça da deslocalização de seus investimentos (cf. Boltanski e Chiapello, 2009)?

Organizado por dois expoentes da pesquisa social brasileira no tema das relações de trabalho (que convergem à sensibilidade *thompstoneana*), o livro reforça o empenho de ambos para chamar atenção para as interfaces que as relações entre Capital e Trabalho possuem com os agenciamentos sobre o território. O conjunto dos artigos é feliz ao apontar continuidades e rupturas nas tramas que giram em torno da repaginação do discurso desenvolvimentista, explicitando

como o contexto enseja a redefinição dos atores, dos conflitos e das alianças. A apresentação e análise de casos concretos é, indubitavelmente, um passo decisivo para a construção de arranjos mais democratizantes nas relações entre territórios, direitos e fluxos econômicos no Brasil e alhures.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. BEZERRA, G. “Desregulação, Deslocalização e Conflito Ambiental: considerações sobre o controle de demandas sociais”. In: Almeida Et. Al. (Orgs.). *Capitalismo Globalizado e Recursos Naturais: fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 179-210.
- BEZERRA, G. Consensualismo e Localismo na Competição interterritorial: a experiência da Agenda 21 do Estado do Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 7, p. 91-109, 2005.
- BOLTANSKI, L. CHIAPELLO, E. *O Novo Espírito do Capitalismo*. Martins Fontes. São Paulo. 2009.
- BRAUDEL, F. *A Dinâmica do Capitalismo*. Editora Teorema. Lisboa. 1986.
- HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: *Espaço e Debates* nº. 6. São Paulo: NERU/Cortez, 1982.
- _____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação na administração urbana no capitalismo tardio. In: *Espaço e Debates*. São Paulo, v.16, n.38, p.48-64, 1996.
- PERRUSO, M. *Em Busca do “Novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. São Paulo: Annablume, 2009.

NOTA SOBRE O AUTOR

Gustavo Bezerra é professor adjunto I de ciências sociais da Universidade Federal Fluminense (depto. Multidisciplinar de Volta Redonda) e doutor em sociologia pelo IESP-UERJ. Pertence ao corpo docente permanente do programa stricto sensu de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental (PGTA-UFF). Como pesquisador, possui produção vinculada aos temas: relações de trabalho, conflitos socioambientais, transformações na questão social, questão urbana, sociologia econômica e sociologia do Direito.

Recebido em: 14/01/13

Aprovado em: 25/05/13